

## **10ª Conferência Nacional do PCdoB**

**29, 30, 31 de maio de 2015**

**São Paulo - SP**

### **Resolução**

Frente ampla em defesa do Brasil, do desenvolvimento e da democracia

Sumário

I – Frente ampla em defesa do Brasil, do desenvolvimento e da democracia

II – Atualizar e efetivar as linhas de construção partidária

III – A Sucessão da Presidência Nacional do PCdoB

### **Parte I**

#### **Frente ampla em defesa do Brasil, do desenvolvimento e da democracia**

##### **1 – América Latina, Brasil sob o alvo do imperialismo**

A dura e acirrada luta política em curso no país – a escalada da direita neoliberal com o objetivo de desestabilizar e paralisar o governo do segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff, ou mesmo, como alardeiam altos hierarcas do PSDB, de vitimá-la com um *impeachment* fraudulento e golpista – deriva da luta de classes em nosso país, do confronto de dois projetos de Nação. Acontece que os processos históricos nacionais, sobretudo de países do porte do Brasil, estão cada vez mais imbricados com uma realidade mundial marcada por lutas para que se alterem suas relações de poder e pela dominância da lógica financeira, rentista, no âmbito de uma economia interligada e crescentemente globalizada. Assim, a luta política em andamento só pode ser compreendida em sua totalidade – situando o Brasil, a América Latina, e mesmo os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) – no contexto de um mundo regido por uma crise estrutural e sistêmica do capitalismo que se estende para seu sétimo ano.

Os trabalhadores, as trabalhadoras e os povos resistem à dominação da oligarquia financeira e das forças pró-imperialistas. O mundo também se encontra envolto por uma luta entre países e blocos de países, da qual resultará o desfecho da atual transição em curso no mundo. O imperialismo estadunidense eleva a agressividade para tentar conter sua trajetória de declínio relativo e manobra buscando relançar sua hegemonia.

Nesse sentido, ganha destaque na situação internacional uma ação das potências imperialistas lideradas pelos EUA para conter e agredir qualquer país que contrarie seus interesses. A aliança EUA-União Europeia-OTAN atua para cindir os países BRICS, seja cooptando-os – como buscam os EUA em relação à Índia –, seja agindo para tentar

neutralizar e conter o Brasil e a Rússia, seja investindo contra a aliança da China e da Rússia, que promove a integração euroasiática. Também o Irã, a Síria e outras nações da América Latina e Caribe, destacadamente Cuba, Venezuela e Argentina, estão submetidos a forte pressão econômica com expressivo componente exógeno e de guerra midiática. Neste mesmo sentido, destaca-se a crescente presença militar estadunidense no Mar do Sul da China, no território da ex-União Soviética, e no Atlântico Sul.

Os BRICS têm agido diretamente no sentido de acelerar a transição nas relações de poder no mundo em direção à multipolarização. Sua recente Cúpula em Fortaleza (julho de 2014) foi marca importante desse movimento, ao definir a constituição de meios para aprofundar a mudança na ordem econômica internacional, ao constituir um Banco de desenvolvimento e um Fundo de reservas para proteger suas economias nacionais. Tem caráter estratégico a parceria econômica do Brasil com a China que resultou, recentemente, em investimentos chineses que podem ultrapassar o montante de 53 bilhões de dólares. Além disso, ressaltam-se o volumoso comércio entre os dois países e as iniciativas financeiras já assinaladas.

Quanto à crise do capitalismo, apesar de ideólogos desse sistema anunciarem que uma luz já estaria a brilhar no fim do túnel, baseados sobretudo numa frágil retomada da economia dos Estados Unidos da América, o fato é que o cenário geral ainda é de baixo crescimento. O Produto Interno Bruto (PIB) mundial segue com desempenho fraco, devendo crescer, em 2015, apenas 3%, segundo uma média de estimativas. Isso depois de patinar em 2,5% de crescimento nos últimos três anos.

Duas questões importantíssimas não se alteraram ao longo desse percurso que chega ao seu sétimo ano. Primeiro: a lógica financeira, rentista, segue no comando dos Estados nacionais da maioria dos países, sobretudo do centro capitalista. De “posse” desses Estados, aplica políticas para salvaguardar os ganhos fabulosos dos conglomerados financeiros e jogar o ônus da crise sobre os ombros dos povos, dos trabalhadores e das trabalhadoras. Segundo: a crise agrava a desigualdade social já alarmante e eleva o desemprego. Dados da OIT prognosticam que nos próximos quatro anos o mundo terá 11 milhões de desempregados a mais. Assim, em 2019, não terão emprego 219 milhões de trabalhadores e trabalhadoras.

*Na fase atual, a crise atinge com mais força os países em desenvolvimento*

Os grandes países em desenvolvimento que haviam se safado razoavelmente dos efeitos dos primeiros anos da crise, desde 2011, agora são atingidos mais duramente. A China, em 2015, deverá reduzir seu crescimento para cerca de 7% ao ano – número significativo, entretanto menor em comparação aos índices acima de um dígito verificados desde o final dos anos 1970; já a Rússia provavelmente terá índice negativo de crescimento; a América Latina elevará seu PIB, segundo prognósticos, em 2,2%. Um fator importante que concorre para a queda do PIB de países como Rússia, Venezuela e Irã é a forte queda do preço do petróleo. O Brasil é duramente atingido pela redução drástica do preço das *commodities* que exporta, tais como minério de ferro e soja.

Na esfera da correlação de forças entre os campos políticos, pode-se afirmar que a crise, apesar de pôr a nu os limites históricos do capitalismo, e a despeito da luta e resistência dos povos, fortalece em plano mundial as forças conservadoras e reacionárias. No cômputo geral, as forças avançadas seguem atuando sob defensiva estratégica. Na Europa, por um lado, há o fortalecimento da contestação popular às medidas neoliberais de “austeridade”, com greves e protestos dos trabalhadores e trabalhadoras, e casos de rechaço eleitoral às forças que defendem a política do capital financeiro, como foi o caso da Grécia onde houve a vitória eleitoral do Syriza, e como é o caso da Espanha, onde crescem forças como o Podemos e a Esquerda Unida. Por outro lado, o que prevalece e se robustece ainda é o bloco de forças da direita, além da persistente ação de forças de extrema-direita como aqueles que atuam em países como França, Alemanha, Reino Unido e Grécia.

### *Ciclo progressista na América Latina sob ataque*

Na América Latina e Caribe há uma escalada da direita e do imperialismo para tentar pôr um fim aos governos de esquerda e progressistas da região. Utilizam variados meios e novas e velhas táticas, como a guerra midiática, a guerra econômica, a judicialização da política, os intentos de golpe de Estado, as ameaças de agressão militar, o apoio e o financiamento externo da oposição, dentre outros, para tentarem lograr as “mudanças de regime” que almejam. Note-se que três dos principais países da América do Sul – Argentina, Brasil, Venezuela – passam por situações políticas críticas e são alvos dessa investida neste momento. Cada um com singularidades, mas tendo em comum a forte influência de fatores externos.

Mesmo sob essa interveniência do imperialismo, desde 2013 as forças de esquerda e progressistas venceram as eleições presidenciais no Chile, em El Salvador, na Bolívia, no Brasil e no Uruguai. Essas vitórias políticas e os passos dados do processo de integração continental, como Mercado Comum do Sul (Mercosul), União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), propiciaram melhores condições à resistência e à jornada de lutas dos povos latino-americanos e caribenhos. Entretanto, a disputa política em torno dos rumos da América Latina e Caribe, sobretudo da América do Sul, está sem desfecho certo e é cada vez mais acirrada. Diante disso, é necessário aprofundar e acelerar o processo de integração solidária da região, e impulsionar a unidade das forças populares e progressistas e as ações de solidariedade internacional em seu âmbito.

No caso brasileiro, essa interferência do imperialismo se intensificou desde a descoberta da riqueza do pré-sal e ganhou visibilidade na espionagem da CIA em instituições e empresas do governo brasileiro, revelada em 2013 – o que levou a presidenta Dilma a cancelar uma viagem oficial já marcada a Washington. Na campanha sucessória de 2014, organismos multilaterais hegemônicos pelos Estados Unidos, como é o caso do Fundo Monetário Internacional (FMI), e veículos da grande mídia, porta-vozes da oligarquia financeira, como é caso da revista britânica *The Economist*, se imiscuíram no

debate eleitoral em favor do candidato tucano. Neste início de 2015, proliferam análises nos principais meios de comunicação global, como *The Economist*, *Financial Times* ou *Time*, colocando o Brasil no alvo e até mesmo fazendo ilações sobre a interrupção do mandato da presidenta Dilma.

Em suma, a tentativa de desestabilização do governo Dilma, embora siga uma dinâmica muito própria da luta de classes no país, como será analisado a seguir, faz parte, inegavelmente, de uma investida mais ampla do imperialismo para tentar derrotar o ciclo progressista já em vigor há mais de 16 anos na América no Sul.

## **2 – Curso político brasileiro instável, perigoso e indefinido**

Salvo breves períodos de alguma bonança, os dois governos Lula e o primeiro governo Dilma se passaram sob renitente combate da oposição neoliberal. Combate esse que, agora, recrudescer.

A presente escalada da direita se desencadeou na própria sucessão presidencial de 2014, intensificou-se com a recusa do consórcio oposicionista (constituído pela grande mídia, setores políticos conservadores e reacionários e oligarquia financeira) em aceitar a quarta derrota consecutiva nas urnas e projeta-se para um tempo e desfecho indefinidos. Com essa investida, a direita neoliberal objetiva ceifar os ciclos democrático e progressista, reconquistando o governo ou em 2018 ou antes pela via do golpismo. A resultante até aqui é uma crise política que tem como “motor” propulsor a Operação Lava Jato, há mais de um ano em atividade, manipulada para atingir seletivamente a base do governo, em especial a presidenta Dilma e o PT. A crise estende-se também ao Poder Legislativo, uma vez que os presidentes das duas Casas do Congresso e dezenas de outros parlamentares foram afetados pela referida Operação. O baixo crescimento econômico é fator estrutural da crise que, instrumentalizada, agrava a instabilidade.

### *Balanço da correlação de forças pende para o lado das forças conservadoras*

Ao contrário das três derrotas anteriores – das quais a direita saiu, no geral, alquebrada –, dessa derrota de 2014 ela saiu fortalecida e no ataque, empurrando para a defensiva o nascente segundo mandato da presidenta Dilma e o campo político que o sustenta.

Isso se explica, primeiro, pela correlação de forças. Dilma vence, numa vitória épica, mas a diferença de um pouco mais de 3 milhões de votos por si só já indicava o grau de polarização do confronto. A direita aglutinou, por inteiro, o conjunto das forças políticas e sociais conservadoras e reacionárias e as mantém razoavelmente coesas. A pregação demagógica capturou parte significativa dos milhões de votos de trabalhadores e trabalhadoras de renda média e, também, das camadas mais pobres dos trabalhadores e trabalhadoras que, desde 2006, haviam migrado massivamente para apoiar o segundo governo de Lula e o governo de Dilma. Essa pregação não foi devidamente combatida pelo governo, que perdeu a batalha da comunicação porque enfrentou com debilidade a luta de ideias na sociedade e não avançou em políticas para democratizar os meios de

comunicação, que reclamam realização. Essa luta é estratégica para que a democracia avance no Brasil.

Para além do revés do número de cadeiras no Congresso Nacional, há que se sublinhar os danos que a esquerda sofreu provocados pela campanha cerrada e contínua da grande mídia contra o PT, e extensiva em gradações distintas às demais legendas desse campo, inclusive o PCdoB. O objetivo da reação é claro: danificar, e se possível fazer ruir, as principais pilastras desse ciclo político.

Os fenômenos e fatos sociais e políticos acima analisados que indicam a vigência de uma nova correlação de forças no país, favorável às forças conservadoras, derivam e se associam ao baixo crescimento econômico no último quadriênio, uma vez que o país foi seriamente alvejado pelos efeitos da crise mundial do capitalismo. A esse fator externo se somaram antigos obstáculos internos ao desenvolvimento que não foram removidos.

Além disso, o país enfrentou uma das piores secas de sua história recente, sobretudo no Sudeste – o que elevou o preço da energia elétrica e dos alimentos, além de provocar o racionamento no abastecimento de águas das cidades. Consequências que afetaram a economia como um todo, e socialmente atingiram sobretudo o orçamento das famílias dos trabalhadores, das trabalhadoras e dos mais pobres.

Diferente, portanto, da crise política de 2005 que assolou o governo Lula. Naquela quadra, a economia embicava para cima, e agora a crise evolui com a economia em declínio – o que freia a melhora crescente das expectativas e dos padrões de vida do povo e atinge em cheio o setor produtivo, em especial a indústria.

### *Operação Lava Jato*

Desde a campanha eleitoral do ano passado, ficou nítido o vínculo de setores do Estado com o consórcio oposicionista, tal como se explicita na Operação Lava Jato. Essa investigação desbaratou um antigo esquema criminoso de propinas na Petrobras. Mas, ao se vincular às maquinações da oposição, a Lava Jato desvirtuou-se e se constituiu um tipo de poder paralelo que tem sido direcionado para criminalizar o PT e outras legendas da base do governo. As gravações de vídeo – que só agora, depois da campanha, aparecem envolvendo o PSDB e seu líder Aécio Neves – são provas de que há “seletividade” nos vazamentos da investigação. Do comando jurídico-policia da Operação partiu, também, a decisão de limitar as investigações de roubo envolvendo a Petrobras apenas ao período recente, poupando deliberadamente o período de governo dos tucanos.

Não há dúvidas: A escalada da direita, apoiada nesse poder paralelo que comanda a Lava Jato, além de desestabilizar o governo Dilma visa a atingir o ex-presidente Lula que, além de fiador do ciclo progressista, representa a esperança de continuidade deste ciclo. Justamente por isso, a hipotética candidatura dele em 2018 é tida pela oposição como uma séria ameaça ao desígnio dos conservadores de reaverem o poder.

Esse plano sofreu, todavia, um revés. Apesar da seletividade e da parcialidade da Operação, a Procuradoria-Geral da República e o Supremo Tribunal Federal concluíram que não há fatos, nem indícios, contra a presidenta Dilma.

### *A batalha das ruas*

As manifestações ocorridas nos dias 13 e 15 de março – que rivalizaram o campo popular democrático e o campo conservador e reacionário, respectivamente – sinalizam que a acirrada luta política galvanizou um engajamento ainda maior de contingentes massivos das classes sociais do país.

Do lado conservador – apesar da tentativa de embalar as manifestações com o falso manto da “espontaneidade” ou que seriam puxadas tão somente por grupos de uma nova militância de direita que se apresentam, de modo oportunista, como “apartidários” –, é nítido que o comando das operações para as marchas contra o governo continua partindo das estruturas clássicas de poder: Os partidos de oposição de direita, grandes conglomerados empresariais e financistas, e com uma participação nefasta e pesada da grande mídia e de estruturas profissionais nas redes sociais. Também é evidente que, por mais que traga bandeiras secundárias, a mobilização da direita está completamente focada na disputa de poder, na tentativa de sepultar o ciclo progressista em curso.

Mais de uma década de demonização da política e de campanha prolongada de desgaste da imagem do PT, do governo e da esquerda em geral criou um caldo de cultura que transbordou para as ruas, revelando uma capacidade de mobilização da direita que não se via desde o período que antecedeu o golpe de 1964. E o pior: contaminada por preconceitos, intolerância e mesmo em pequenos segmentos por arroubos de naipe fascista.

Quanto ao campo popular e democrático que realizou os importantes atos do dia 13, eleva-se a sua responsabilidade de empreender permanentes articulações visando a realizar manifestações ainda mais amplas e vigorosas. Para isto, é preciso alargar o leque de forças, empenho no engajamento de crescentes camadas do povo, dos trabalhadores e trabalhadoras, da juventude e mesmo de outros setores da sociedade com as bandeiras condizentes a cada momento.

### **3 – Defender a democracia, impulsionar a contraofensiva**

O ponto nuclear do ajuste da tática do campo progressista – decorrente da mudança na correlação de forças – é precisamente defender a democracia que nesta hora se materializa na defesa do legítimo mandato constitucional da presidenta Dilma. Rechaçar e vencer o golpismo da direita seja repelindo e desmascarando a pregação de um *impeachment* fajuto, posto que sem base jurídica, seja derrotando outra vertente desse golpismo, que é a de tentar paralisar o governo, desestabilizá-lo – vertente essa que também se expressa pela conduta truculenta, autodeclarada do PSDB, de “sangrar” a presidenta, de enfraquecê-la continuamente.

A esquerda, sobretudo, não pode nem ceder e nem deixar se imobilizar pela perplexidade, tampouco repetir erros do passado. Em 1954 e 1964 – quando as forças conservadoras e golpistas maquinaram os golpes contra o presidente Getúlio Vargas e contra o presidente João Goulart –, a esquerda se dividiu e se anulou enquanto força consequente tanto ao fazer coro, mesmo que indireto, com a investida da direita, quanto ao se orientar por ilusões que subestimavam a força e a determinação dos golpistas.

### *Bandeiras impulsionadoras da contraofensiva*

A retomada da iniciativa política a ser empreendida pelas forças democráticas progressistas se dará em torno de bandeiras unificadoras que se relacionam com a tarefa central de rechaçar com firmeza o golpismo, de defender o mandato da presidenta e de conquistar a estabilidade do governo.

### *Defesa da Petrobras, da engenharia, da economia nacional*

No terreno da economia, ao apostar no quanto pior melhor, a oposição neoliberal desnuda sua essência antipatriótica. Conduta que a direita neoliberal expressa ao capitanear a frenética campanha para enfraquecer a Petrobras, a partir do esquema delituoso que foi desbaratado.

A direita insiste nos ataques deliberados à Petrobras, sem sequer esconder o objetivo de privatizá-la, de um modo ou de outro. O PSDB, interessado em ceder o pré-sal às multinacionais, apresentou no Senado Federal projeto de lei para acabar com o regime de partilha. Insurge-se também contra a política de conteúdo local que impulsiona a indústria brasileira.

A conduta antinacional do PSDB se escancara, ainda, na tática de terra arrasada que adota em relação às empresas privadas, de engenharia nacional do ramo da construção civil e infraestrutura, investigadas pela Operação Lava Jato. A Advocacia Geral da União, corretamente, defende que tais empresas venham a assinar acordos de leniência com a Controladoria Geral da União (CGU). Pelos termos deste tipo de acordo, os cofres públicos são ressarcidos dos prejuízos, os executivos que praticaram crimes são julgados e punidos, mas as empresas são preservadas para honrar os contratos, realizar as obras e manter os postos de trabalho. A direita se movimenta para inviabilizar tais acordos – o que, na prática, resulta em fechá-las.

Para o PCdoB, os corruptos e corruptores de dentro e de fora da Petrobras, e das empreiteiras, devem ser julgados e punidos exemplarmente. Mas é preciso desmascarar o oportunismo da direita de utilizar esse crime como pretexto para acabar com o regime de partilha e privatizar a Petrobras. A Petrobras é estratégica para o desenvolvimento nacional, precisa ser fortalecida, preservando e reforçando o regime de partilha para a exploração do pré-sal e a política de conteúdo local. Do mesmo modo, é preciso esclarecer a opinião pública de que quebrar as empreiteiras brasileiras faz parte de uma manobra para repassar o mercado das grandes obras de nosso país aos monopólios estrangeiros.

### *Combate à corrupção. Fim do financiamento empresarial das campanhas*

Os conservadores e a direita neoliberal posam outra vez de vestais, justamente eles que, na década de 1990, estiveram à frente de um esquema gigante e corrupto de privatização do patrimônio público. Prática essa que agora novamente se revela com o *Swissleaks*, escândalo das contas bancárias como as do HSBC, dentre outros bancos, que recebem dinheiro ilícito de milhares de ricos da oligarquia financeira e midiática brasileira, muitos deles ligados ao PSDB e a outras forças da direita. Agora, mesmo com toda a parcialidade da Operação, o PSDB também caiu nas malhas da polícia, sendo alvo de investigação o coordenador da campanha de Aécio Neves, ex-governador e atual senador, Antônio Anastasia. Do mesmo modo, o presidente do DEM, senador Agripino Maia, é alvo de investigação, com autorização do STF, acusado de cobrança de propina.

O consórcio oposicionista reprisa o que a velha direita fez contra o presidente Getúlio Vargas, em 1954, disseminando que o Brasil novamente estaria atolado “num mar de lama”. Quando, na verdade, nos últimos 12 anos, o que houve foi um empenho inédito de se combater a impunidade, a corrupção – verdadeira “praga” que desde tempos remotos suga os recursos públicos. O pacote Anticorrupção anunciado pela presidenta Dilma é uma demonstração a mais desse compromisso.

Sobre esse tema que justificadamente causa profunda indignação no povo, a posição do PCdoB sempre foi e é clara: o combate à corrupção deve prosseguir e os corruptos e corruptores julgados e punidos. O PCdoB se pauta pela rigorosa defesa e zelo do patrimônio e dos recursos públicos. Esse correto e necessário combate não pode ser instrumentalizado pela direita para tentar rasgar a Constituição Federal, o Estado Democrático de Direito.

Sob a iniciativa do campo político e social progressista, a luta contra a corrupção se entrelaçou com a jornada pela reforma política, uma vez que o vigente financiamento empresarial das campanhas é a raiz de grande parte dos escândalos e crimes de corrupção que afetam o Estado, suas empresas e os partidos políticos.

A oposição conservadora e poderosos grupos políticos defensores do financiamento empresarial das campanhas perceberam o perigo desse movimento e – tendo sob seu controle a maioria das cadeiras do Congresso e a seu favor uma forte onda conservadora que se irrompeu na sociedade – impuseram na ordem do dia do Senado Federal e da Câmara dos Deputados a votação, a toque de caixa, de uma antirreforma política, com o objetivo principal de constitucionalizar o financiamento empresarial das campanhas, uma vez que o tema já estava sob votação do Supremo Tribunal Federal (STF).

O objetivo central da investida é claro: manter a influência do poder econômico nas eleições e asfixiar a democracia com leis restritivas contra o pluralismo político e partidário que resultem na exclusão das minorias do Congresso e demais Casas Legislativas. Em suma, mutilar a democracia: um parlamento de assento exclusivo a meia dúzia de grandes partidos.



O PCdoB e sua bancada federal, conscientes dessa ameaça à democracia, cientes também da correlação de forças adversa, se concentram na tarefa de derrotar o financiamento empresarial e, ao mesmo tempo, preservar o pluralismo político, umas das principais virtudes de nossa democracia.

No processo em curso da votação da Reforma Política, na Câmara dos Deputados, a bancada do PCdoB – seguindo a orientação que já estava amadurecida no debate partidário e coincidia com as bandeiras defendidas pela Coalizão Pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas – votou contra o financiamento empresarial das campanhas, foi uma das principais bancadas que contribuiu para sua derrota na primeira votação. Apresentou emendas a favor do financiamento público e pela eleição proporcional com lista fechada. Também votou e ajudou a derrotar o sistema distrital misto.

Numa situação na qual imperam a dispersão e a desorientação da esquerda, a bancada comunista, em comum acordo com a direção do Partido, se movimenta, propõe, articula e vota com flexibilidade e coerência com sua política. Mantém-se, assim, fiel ao compromisso assumido perante o povo e as forças progressistas de luta contra a corrupção derivada em grande parte do financiamento empresarial e por uma reforma política verdadeiramente democrática.

Diante da ameaça real presente de que seja instituída uma draconiana cláusula de barreira e da proibição de coligações proporcionais, a presidência do Partido e a bancada firmaram um acordo pelo qual o PCdoB, mesmo sendo contrário ao chamado Distritão, votaria a favor da proposta, desde que bancadas favoráveis a ele assumissem o compromisso de votar contra as medidas restritivas. A articulação de tal acordo visou a defender a permanência no Parlamento não apenas do PCdoB, mas de todos os partidos de matrizes ideológicas e que possuem profunda relação com a representação popular e não querem se transformar em sublegendas de partidos grandes.

O resultado da votação em primeiro turno na Câmara demonstrou que a tática do Partido foi acertada. O Distritão foi descartado e o sistema proporcional mantido. A luta contra o financiamento empresarial prossegue no segundo turno de votação na Câmara, na apreciação da matéria no Senado e nos espaços onde for cabível. E se alcançou uma grande vitória: a coligação proporcional, já dada como extinta por quase todos, foi mantida. E a cláusula de barreira aprovada é muito menos restritiva do que aquela que o conservadorismo pretendia impor.

Todavia, a batalha por uma reforma política democrática está longe de terminar. A votação da reforma ainda está em curso, o que exige das forças progressistas e democráticas continuar lutando por mudanças que acabem com o poder do dinheiro nas eleições, aperfeiçoe o sistema eleitoral proporcional, adote medidas para ampliar a participação das mulheres no Parlamento, fortaleça os partidos e os mecanismos da democracia participativa e direta.

#### *Retomada do crescimento econômico e garantia dos direitos trabalhistas e sociais*

O leve crescimento da economia brasileira no ano passado e as dificuldades ainda maiores previstas para 2015 decorrem (além dos fatores externos e internos já citados)

também da luta política, das apostas que a direita neoliberal faz contra o país. Este quadro objetivo da economia nacional associado à instabilidade política, ao rebaixamento da autoridade do Executivo é propício para fazer reinar um senso comum de pessimismo, de uma visão falsa, antipatriótica, de que o “Brasil acabou”. Esta atmosfera inibe os investimentos e eleva os poderes da grande finança sobre os destinos do país.

A estabilização do governo Dilma, na dimensão da economia, exige, de início, separar a verdade da mentira no debate acerca do resultado do primeiro governo da presidenta. É verdade que o crescimento anual médio do quadriênio (2011-2014), em torno de 2%, é insuficiente, aquém do necessário. Todavia, no contexto de um mundo de crise, é igualmente verdade que o governo da presidenta Dilma soube proteger a economia nacional. Garantiu altos níveis de emprego e elevação – modesta, mas contínua – da renda do trabalho, e retirou milhões de brasileiros da condição de miséria.

A presidenta promoveu, em determinado momento de seu primeiro mandato, uma queda recorde na taxa básica de juros, fortaleceu o sistema financeiro público que passou a oferecer crédito farto e barato para a população e para as empresas através do BNDES. Igualmente, reforçou empresas estatais como a Petrobras. E a oligarquia financeira globalizada, os rentistas, reagiram com ferocidade.

Ao se analisar a delicada situação atual da economia é errado, por um lado, exagerar ou desconhecer as causas externas disso e, por outro, também é um grande oportunismo jogar sobre os ombros do governo, ou da presidenta, a responsabilidade inteira por tudo o que acontece na economia capitalista brasileira. O capitalismo tem sua dinâmica própria com ascensos, desacelerações, crises e retomadas. As crises têm seu lado objetivo: face a elas as políticas econômicas exercem poder, porém limitado. No caso do Brasil, se destaca como causa dessa crise a dominação do rentismo sobre a economia.

Os problemas da economia e as dificuldades políticas ora enfrentados decorrem também das mudanças e reformas que não foram realizadas, ou que foram mitigadas por erros e limitações de direção política da força hegemônica. E pelos efeitos do acirrado confronto entre os campos em disputa. A par disto, existem as contradições das coalizões amplas e heterogêneas, indispensáveis à governabilidade, mas limitadoras, de acordo com a correlação de forças, na realização da plataforma programática, conforme conclusão do 13º Congresso do Partido.

Diante desse quadro, o PCdoB ressalta que se impôs como tarefa maior retomar o crescimento econômico para que se prossiga com a política de valorização do trabalho e de redução das desigualdades sociais. Todavia, o debate nacional em torno da retomada do crescimento econômico, na prática, foi posto de lado com o dissenso provocado pelo pacote fiscal.

A presidenta Dilma sustenta que o Estado brasileiro chegou ao seu limite após ter absorvido por anos seguidos os impactos da crise para proteger a economia nacional e os empregos. Essa situação, segundo ela, exige um ajuste para reequilíbrio das contas do governo, com restrições fiscais e aperto monetário.

Para além de um necessário debate, sem o que não se resolvem dilemas que a luta pelo desenvolvimento fomenta a cada período, importa destacar as implicações políticas desse ajuste face ao grande objetivo de estabilizar o governo. O conteúdo dele, as circunstâncias nas quais foi anunciado, objetivamente, provocaram o choque do governo com duas pilastras sociais de sua sustentação: os trabalhadores, as trabalhadoras e os empresários do setor produtivo.

#### **4 – PCdoB reafirma confiança política na presidenta e luta pelo programa aprovado nas urnas**

O PCdoB tem a posição de que nesta hora de perigo e gravidade o governo merece respaldo e apoio às suas iniciativas para a retomada do crescimento. Mesmo crítico ao dito ajuste – posto que se conflita com propostas e ideias que o PCdoB apresentou ao programa de governo da campanha da reeleição de Dilma –, o Partido, baseado numa relação de confiança mútua que tem com a presidenta, com convicção disse SIM ao voto de confiança que a chefe da Nação solicitou do povo e das forças políticas que a apoiam.

Tendo em vista a necessária repactuação que precisa ser feita – com a base social de apoio do governo constituída principalmente pelos trabalhadores e trabalhadoras, por amplas camadas do povo, e também pelos empresários do setor produtivo –, impõe-se o diálogo, a ser liderado pela presidenta Dilma, buscando-se uma solução negociada aos conteúdos e termos do dito ajuste.

Em relação às Medidas Provisórias (MPs) 665 e 664, a bancada comunista na Câmara dos Deputados articulou e apresentou emendas para que as negociações resultassem em mudanças para melhorar a proposta original, procurando resguardar os direitos trabalhistas e previdenciários em foco. Considerando-se que houve avanços em relação às duas matérias mencionadas, sobretudo no caso mais emblemático da MP do seguro desemprego, a liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados – de comum acordo com a indicação da direção do Partido – proclamou um voto político de confiança na presidenta Dilma, levando em conta que a derrota do governo fortaleceria a investida golpista da oposição neoliberal. No Senado Federal, o PCdoB adotou a mesma diretriz.

Ao mesmo tempo, o Partido e sua bancada federal sugerem e cobram medidas que resultem receitas para o Estado, opostas à renitente e antiga diretriz fiscal e tributária que lança sempre sobre os ombros dos trabalhadores e trabalhadoras as perdas decorrentes de ciclos recessivos. Neste sentido, o PCdoB propõe que sejam tributadas as grandes rendas e grandes heranças, e sejam taxados os detentores de fortunas e o rentismo. Considera assim, positiva a decisão do governo de elevar de 15% para 20% a

alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de instituições financeiras. E que se busque reunir as condições para a realização de uma reforma tributária progressiva que altere a lógica de priorizar os tributos sobre o consumo, que resulta em penalizar os trabalhadores e trabalhadoras e poupar o topo da pirâmide social.

Na votação dessas Medidas Provisórias do ajuste houve dois votos dissidentes da bancada federal e um outro na deliberação do Projeto de Lei da terceirização. A direção do PCdoB advertiu publicamente os parlamentares que votaram contra a política e a orientação do Partido. Simultaneamente, expressou sua confiança – e seu apoio – na coerência e na coragem da sua bancada na atuação que empreende para a superação da crise política em curso no país. E reiterou seus princípios segundo os quais é inadmissível o voto dissidente, à margem das decisões e orientações democraticamente firmadas.

Em relação à crescente alta de juros (à qual o PCdoB sempre se opôs e se opõe) atrelada às metas de inflação, herdadas do Plano Real – ao lado de reiterar a importância de mantê-la sob controle –, o Partido mantém a proposta de que se dilate o tempo para que sejam cumpridas as metas para ela fixadas. E apoia os esforços do governo para elevar a taxa de investimentos, mantendo aportes do setor público e persistindo em atrair o investimento privado sobretudo, nos setores de infraestrutura e energia.

O PCdoB reafirma sua proposta de se buscar de modo progressivo e ordenado uma taxa de câmbio competitiva. Uma das grandes questões estratégicas do desenvolvimento brasileiro é enfrentar as pressões objetivas dos grandes polos da economia mundial que empurram o Brasil para a reprimarização e o definhamento do parque industrial nacional. Uma política de juros condizente, associada a uma taxa de câmbio competitiva e somada a uma forte política de inovação, constitui um eixo de medidas para se enfrentar essa nociva tendência.

Neste momento em que as forças conservadoras, além de tentar golpear a democracia, empreendem uma ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, o PCdoB reafirma sua concepção de que o trabalho é um fator decisivo para o desenvolvimento e sublinha a importância de se ampliar e intensificar a luta política pela valorização do trabalho e contra a regressão de direitos. Neste sentido, o combate ao Projeto de Lei da terceirização, capitaneado por centrais sindicais, deve ser reforçado para barrar esta tentativa de impor uma pauta regressiva contra direitos históricos dos trabalhadores.

Enfim, se impõe ao governo desencadear um novo ciclo de desenvolvimento com a retomada do crescimento econômico como norte e perspectiva para o país, superando o esgotamento do atual ciclo. Tarefa cujo êxito exige a redução da taxa de juros, o aumento dos investimentos e o desencadeamento de uma agenda positiva que demonstre a execução do programa vitorioso nas urnas.

**5 – Constituir uma frente ampla, democrática e patriótica e recompor a base social**

Partindo de uma realidade na qual a direita neoliberal e seu consórcio assumiram o domínio do fluxo da luta política, impõe-se como tarefa maior, estruturante das demais, construir, agora e já, uma frente ampla com todas as forças possíveis do campo democrático e patriótico, interessadas na defesa da democracia, da economia nacional e da retomada do crescimento. Somente uma frente dessa natureza que una as forças patrióticas, progressistas e democráticas da Nação será capaz de enfrentar, isolar e derrotar o consórcio da oposição que na ofensiva trama o retrocesso.

Essa frente ampla, nas atuais circunstâncias, irá se constituir a partir de bandeiras que respondam aos anseios mais vivos e sentidos por todos aqueles que têm compromisso com o Brasil e lutam por avanços. Essas bandeiras, já detalhadas por este documento, sinteticamente são: Defesa da democracia, da legalidade, do mandato legítimo e constitucional da presidenta Dilma; defesa da Petrobras, da economia e da engenharia nacional; combate à corrupção, fim do financiamento empresarial das campanhas; e pela retomada do crescimento econômico do país e garantia dos direitos sociais e trabalhistas.

A construção dessa frente é uma tarefa das lideranças do conjunto dos partidos da base aliada, e mesmo de personalidades da sociedade civil que apoiem ou não o governo, mas que tenham afinidade com as bandeiras acima assinaladas, dentre outras. A esquerda, sem abdicar de sua pauta, deve se empenhar ao máximo por esse empreendimento mais candente.

Essa ampla aliança, também, se formará com o protagonismo da presidenta Dilma, de uma ação constante – apoiada em núcleo político plural consoante ao perfil heterogêneo da coalizão – para pactuar uma recomposição da base política que assegure ao governo maioria no Congresso Nacional. Demanda que implica esforços para agregar os partidos de centro enquanto parte importante da base aliada. De igual modo, cabe à presidenta liderar a reaglutinação da base social que apoiou sua reeleição — os trabalhadores e trabalhadoras, as massas populares e os empresários do setor produtivo —, buscando, inclusive, expandi-la.

Nas condições atuais, é muito relevante, também, o papel de Luiz Inácio Lula da Silva, hoje o maior líder político do povo brasileiro. O seu contínuo apoio à presidenta Dilma, desde a apresentação como sua sucessora até hoje, em última instância é uma retaguarda significativa para sustentação do atual governo. Lula encarna, dentro e fora do país, a esperança pela perspectiva de um Brasil democrático, soberano e desenvolvido, de justiça social, solidário com nossos vizinhos e os povos do mundo.

É igualmente necessário, para se reverter a presente situação política adversa, fortalecer o papel destacado da esquerda no âmbito da frente ampla. Com base nas bandeiras convergentes e de apelo social relevante – algumas aqui assinaladas –, impõe-se constituir, como o PCdoB tem sublinhado, um bloco de esquerda e progressista, político e social, que reúna partidos, organizações, entidades, lideranças de amplos setores do povo, da cultura e da intelectualidade, sociedade em geral, capaz de fazer vicejar uma

ação comum que possa fazer acontecer uma ampla mobilização social e popular – sem o que não se derrota o golpismo da direita, nem se impulsiona a realização das reformas estruturais democráticas.

\*\*\*

*É tempo de luta!*

Hora de esclarecer a militância, o povo, os trabalhadores e trabalhadoras, de travar a luta de ideias nas redes sociais e em todos os espaços possíveis. É hora de articular, no plano nacional e nos estados e municípios, a mais ampla frente democrática e patriótica, e no seu âmbito fortalecer o bloco social e político de esquerda e progressista. É hora de mobilizar o povo, travar a batalha das ruas.

O que está em jogo é o ciclo progressista, um projeto de Nação, a possibilidade real de o país avançar no caminho de um desenvolvimento soberano, de mais democracia, mais crescimento econômico, mais progresso e inclusão social, com o protagonismo do país no processo de integração continental.

## **Parte II**

### **Atualizar e efetivar as linhas de construção partidária**

#### **1 – O lugar político**

Mudou a conjuntura política, econômica e social do país. Mudaram, assim, as condições para a acumulação de forças do PCdoB. Os desafios táticos de 2015 se somam às lições críticas a se extrair do revés eleitoral de 2014\*, onde o Partido reduziu em um terço sua votação e sua bancada federal, num clima de intenso ataque contra a esquerda, sob a bandeira do antipetismo. Eles reclamam um exame acurado das transformações em curso na sociedade brasileira, onde a esquerda política e social sofre uma dispersão, com dificuldades de sintonia com vastas camadas sociais nos grandes centros urbanos, o que agrava a crise de representação política como um todo.

A questão central para renovar o enfrentamento dos obstáculos e deficiências na ação e construção partidária é afirmar a identidade partidária. É preciso ajustar o lugar político a ser disputado pelos comunistas no cenário nacional e na esquerda brasileira. Trata-se de questão estrutural para firmar o caráter e papel do PCdoB, absorvendo os bônus e ônus contraditórios de integrar o governo federal, em aliança estratégica com uma força de esquerda hegemônica como o PT, hoje submetido a pesadas pressões e agressões, perdendo importantes dirigentes e na defensiva política.

O fundamento dessa identidade está no Programa Socialista do PCdoB, que expressa seu ideal comunista e caráter de classe para a atual etapa histórica. Em síntese, é a luta por um novo projeto nacional de desenvolvimento para atender às demandas sociais,

progressistas e democráticas do povo brasileiro e da nação, caminho estratégico do projeto programático de transição ao socialismo. O lugar dos comunistas será definido pela sua capacidade de pensar o país estrategicamente, de estabelecer amplas relações políticas e sociais à luz disso, de alcançar novas escalas na luta de ideias, políticas e sociais, de consolidar a marca de organização vocacionada para a hegemonia e o governo do país, um partido bom de lutas e também bom de governo. Mais do que nunca se deve pôr em foco os problemas-chave para desenvolver essa marca distintiva e alinhar a ação dos comunistas em todas as frentes. Nada de concessões a certa visão, de extração ideológica duvidosa, fragmentadora da unidade e dos interesses do povo e da nação. É hora de enraizar a atuação dos comunistas nas forças motrizes fundamentais da sociedade, aquelas capazes de concretizar nosso projeto transformador.

Daí deriva o firme posicionamento do Partido nos embates destes 12 anos e a que tenha se comprometido, sem ambiguidades e com independência, com suas responsabilidades de integrante dos governos Lula e Dilma. O PCdoB tem campo político definido. Não tergiversa. Está no seu elemento quando se trata de confrontar a poderosa corrente conservadora reacionária, antinacional e antipopular, e de unir largas forças políticas e sociais, mesmo heterogêneas, como é da tradição política do Brasil. Coloca no posto de comando as insígnias programáticas, os interesses maiores dos trabalhadores e trabalhadoras e do povo, da soberania e afirmação nacional, de cada vez mais democracia para o povo brasileiro, da integração regional com nossos vizinhos latino-americanos, da defesa e promoção do meio ambiente.

Com esta perspectiva estratégica o PCdoB integra e apoia o governo. Mas o Partido deve desenvolver, ao mesmo tempo, uma agenda política que dê identidade mais definida à sua ação política e social. Deve desenvolver tanto a unidade como a luta, indispensável frente às contradições que marcam a esquerda brasileira, e disputar com suas próprias opiniões os estratos sociais e forças progressistas da sociedade. Hoje, concretamente, essa agenda gira em torno das reformas democráticas. Elas vão ao encontro de profundos anseios da maioria do povo, propiciam aos comunistas uma autêntica linha de massas, ligam-se em profundidade com o programa de governo de Dilma Rousseff, além de permitir a ação comum enlaçando a luta social, política, de ideias e a participação em governos.

Na mesma perspectiva, a palavra de ordem mais relevante da atualidade é constituir uma frente ampla democrática, progressista e patriótica, nucleada pela esquerda e pelas forças progressistas. Urge mais ação frentista, unitária, em lugar de hegemonismos polares de uma força única. Esse também é o modo de combater as ameaças regressivas da reforma política – potencialmente capazes de impedir a representação parlamentar do PCdoB. Há harmonia entre essa visão frentista e a necessidade, que se acentua, de seguir com a tática de o Partido ter candidatos majoritários, chapas e coeficiente eleitoral próprio, em especial nas capitais dos estados e grandes cidades.

## **2 – Ligação de massa e senso de representação**

A ligação de massas e aprofundar o senso de representação também são pilares da ação política e identitária do Partido. Desenvolvê-los envolve um exame atualizado das relações de classe, camadas e estratos sociais do Brasil atual – tradição cara aos marxistas, sem a qual nenhuma política é bem formulada. Requer-se hoje uma decidida priorização da construção partidária junto aos trabalhadores e trabalhadoras e aos segmentos da sociedade mais diretamente envolvidos na luta de ideias.

É certo e imprescindível que o PCdoB tenha inserção entre os trabalhadores e trabalhadoras, organizados sindical e politicamente, alvos de forte disputa por parte das centrais sindicais e das forças de esquerda. Entretanto, outra vasta camada de novos(as) trabalhadores(as) assalariados(as) – indevidamente chamada “nova classe média” – foi promovida pelos governos Lula e Dilma, e faz sua estreia participativa em um tempo de crise e retrocessos da “civilização do trabalho”. Combinando sua atuação sindical, juvenil, comunitária, feminina, cultural, anti-homofóbica e antirracista, o PCdoB tem diferenciais positivos para se vincular também com esses novos estratos da classe trabalhadora. Ao lado disso, o Partido precisa combater um desvio de perspectiva inaceitável, que é o fenômeno espontâneo de desresponsabilizar as instâncias partidárias pela formação, atuação e organização dos trabalhadores e trabalhadoras comunistas, deixando-as crescentemente a cargo da frente sindical.

Para o diálogo e a interação dos comunistas com as forças do pensamento avançado em geral, os intelectuais progressistas da academia, os estratos médios atuantes na sociedade civil e nas profissões liberais, é preciso dar ênfase à comunicação, à formação e à luta de ideias e inserir o Partido nas instituições próprias desses segmentos. Em particular deve-se hoje reexaminar e revigorar as experiências de inserção e atuação partidária nas universidades e na frente cultural.

### **3 – Linhas de acumulação de forças**

A construção partidária, derivada da linha política, exige sinergia e caráter sistêmico na relação entre as frentes de ação político-eleitoral e de participação em governos, da luta social e da luta de ideias. Precisa estar gravado a fogo que só é madura a organização partidária que se empenha com equilíbrio nas três frentes e que a partir delas se edifica o Partido, em uma acumulação sustentada. Ou seja: a organização serve à política, mas, em contrapartida, uma política justa é também aquela que rende frutos na construção ideológica e organizativa do Partido, ambas se apoiam na luta de ideias, para a qual deve-se aplicar maiores energias. Isso se correlaciona com a exigência de que todos os quadros e militantes, onde quer que atuem, construam de fato o Partido e se empenhem na aplicação dessa linha. Hoje, esse conjunto de equações ainda está pouco presente no nosso trabalho e em todas as três linhas de acumulação de forças.

Em especial na atuação na frente institucional, parlamentar e de governos, mas também na frente sindical, essa falta de convergência motiva reclamos sentidos da base partidária. Claro que a frente institucional não é a panaceia para acumular forças se não se articula com os projetos partidários, com a pauta e agenda políticas das direções



partidárias. Sem isso, autonomizam-se interesses, formam-se no Partido núcleos de poder paralelos, estimula-se o anseio indevido por ocupar cargos, e interesses particulares sobrepujam os interesses gerais do Partido. Por sua vez, as direções partidárias devem formular projetos políticos que potenciem o trabalho dos detentores de cargos indicados pelo Partido, numa ação de responsabilidade recíproca.

Quanto à intervenção dos comunistas na luta social, é necessário superar insuficiências na articulação política e os limites das pautas meramente corporativas. Para isso – e também para ligar a ação nos movimentos sociais organizados aos numerosos movimentos de massas e âmbitos de atuação na sociedade civil –, se indicou a instituição de Fóruns de Movimentos Sociais como instâncias de direção do PCdoB.

#### **4 – Persistir na linha básica, partir do patrimônio acumulado**

A atual conjuntura requer consciência das restrições a um crescimento extensivo e espontâneo das fileiras do PCdoB. É preciso redirecioná-lo nos rumos indicados, partindo-se de um duplo patrimônio acumulado. O primeiro são as orientações fundamentais e linhas básicas para a ação e construção partidária, elaboradas pela inteligência coletiva e consagradas nos cinco Congressos do Partido desde 1992, em plena crise do socialismo; elas ganharam um impulso decisivo a partir da 9ª Conferência, em 2003, com a histórica vitória de Lula, propiciando a construção de um partido comunista de quadros e de massas de militantes e filiados.

Segundo, o patrimônio da influência e estrutura alcançado nestes anos – nas frentes institucionais, nos movimentos sociais, na luta de ideias e na estruturação partidária em dois mil comitês municipais, em 27 Comitês Estaduais e no Distrito Federal. Este acervo (vide anexo ao final desta parte do documento) precisa ser firmemente preservado e posto em ação para se enfrentar os novos desafios. Neles residem alavancas para se promover os reposicionamentos apontados e reforçam a sua identidade política.

Nesse sentido, entre as conquistas mais recentes, a gestão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e do governo do Maranhão, em particular, tem papel saliente. Na esfera da ciência, a atuação dos comunistas tem passado e tem presente. Tecnologia e inovação estão no âmago do projeto nacional de desenvolvimento – que compreende produtividade e competitividade na economia, com destaque para os setores nevrálgicos, fortalecimento do Estado, da defesa, da empresa nacional e dos centros de produção científica. Por sua vez, a conquista do governo do Maranhão, expressiva vitória dos comunistas liderando uma ampla aliança política, abre uma experiência inédita para o PCdoB. As forças progressistas e democráticas e a opinião pública em geral, em todo o país, acompanham com interesse nosso desempenho no cumprimento do projeto *Maranhão com Desenvolvimento e Justiça social*, como parte integrante do novo projeto nacional de desenvolvimento.

Persistir nas orientações e linhas é necessário porque elas são duradouras, correspondem às condições do presente e se referenciam na experiência passada do PCdoB; e igualmente porque elas são uma obra em aberto, comportando e exigindo novos desenvolvimentos que as consolidem com convicção e confiança. Persistir em amadurecê-las, pois que são recentes, demanda tempo prolongado até que se consolidem em todo o coletivo partidário. Persistir porque elas fornecem as bases e armas no combate às tendências que rebaixam o papel estratégico do Partido. Persistir, enfim, porque fornecem eixo para sua própria crítica visando a promover as correções, ajustes e atualizações que a experiência aconselhe.

## **5 – Superar a crise de realização das linhas**

A vida partidária cotidiana mostra que os fundamentos estabelecidos no Estatuto de 2005 e na Política de Quadros de 2009, assim como nas linhas de construção organizativa, não se efetivam integralmente. Há aí uma espécie de crise de realização. Isso se deve principalmente a fatores subjetivos – convicções, assimilações e dedicações dos quadros – e à condução partidária por meio da Política de Quadros. A saúde do Partido demanda rigor e denodo na aplicação do Estatuto e das linhas traçadas, desprendimento e disciplina dos quadros na condução da vida partidária. Mas isto ainda não basta. O Partido precisa de mais quadros com dedicação intensiva ao longo dos seus mandatos nas diversas frentes de atuação e organização partidária. Há pressões permanentes pelo desequilíbrio dessa equação, o que enfraquece núcleos dirigentes, e desmotiva os quadros intermediários e de base, bem como a militância. Consequentemente, é necessário maior trabalho ideológico cotidiano e maior esforço de propaganda nas fileiras partidárias.

Mas não se pode ignorar também pesados contingenciamentos objetivos que refreiam a realização das linhas partidárias. Pesam aí a montanha das tarefas a cumprir, a escassez de recursos humanos e materiais, as dimensões continentais do país, os vícios do sistema eleitoral. As diferentes estratégias testadas nos últimos anos não lograram realizar plenamente os objetivos essenciais fixados no 7º e 8º Encontros Sobre Questões de Partido: fortalecer os comitês municipais dos 300 maiores municípios do país, priorizando as capitais, e dotar o Partido de vida militante através dos quadros de base; consequentemente, eles continuam na ordem do dia.

A efetivação das prioridades intensivas da construção partidária atual requer uma estratégia hierarquizada, focada, planejada e controlada. A esfera do trabalho organizativo tem papel central nisso. Ela é o vértice do esforço coletivo visando a dar plenitude à Política de Quadros como modo de induzir o rumo da construção; ao mesmo tempo, carece de ter uma atenção mais concentrada no labor propriamente organizativo. Esse setor em geral precisa de mais quadros capacitados e experientes, fortes Comissões de Organização e, eventualmente, de outros perfis e métodos de trabalho de seus titulares, para que haja efetivo controle da aplicação da linha e rigor no cumprimento dos planos. É preciso um choque de energias dedicadas à qualidade da vida partidária –

política e de ação de massas, ideológica e organizativa –, a ser obtido por um esforço sinérgico entre a frente de Organização e as de Formação e Propaganda, de Comunicação e de Finanças. Nesta última, são graves as condições do financiamento da atividade partidária, o que traz urgentemente para a pauta o aumento das receitas militantes, com disciplina e sem tolerâncias com o liberalismo, fazendo cumprir os deveres de todo e qualquer membro do Partido.

O foco para essa estratégia segue sendo priorizar o trabalho nas capitais, fortalecer suas direções e forjar os fóruns de quadros de base como alavancas para a atividade militante de base. O Partido deve definir, dirigir e apoiar os quadros de base enquanto um elo determinante da vida militante organizada. O outro elo é priorizar os Comitês Municipais das demais grandes cidades do país, constituir neles um núcleo básico de direção, com disposição e disponibilidade para se dedicar à condução partidária, com forte trabalho organizativo. Quadros experientes devem ser reposicionados para induzir essas mudanças e para impulsionar, com um olhar novo, a construção partidária nos citados setores vitais da luta de classes. A condução desse movimento estratégico cabe aos Comitês Estaduais. Uma medida concentrada nacionalmente, em exame, é instituir encontros anuais visando a estimular, apoiar e controlar sistematicamente o trabalho dos 200 maiores Comitês Municipais, especialmente os das 27 capitais.

Debater e tornar realidade estas diretrizes da 10ª Conferência, acerca da construção partidária, são iniciativas que devem estar no foco das conferências ordinárias do PCdoB a serem realizadas no segundo semestre deste ano em todo o país.

### **Parte III**

#### **A Sucessão da Presidência Nacional do PCdoB**

A sucessão da presidência nacional do PCdoB é um tema e propósito introduzidos por seu presidente, Renato Rabelo, mais especificamente desde o 12º Congresso do PCdoB, realizado em novembro de 2009, fundamentado nos preceitos da Política de Quadros Contemporânea aprovada na mesma ocasião. Nas últimas décadas, a partir das experiências do movimento comunista e revolucionário, vários partidos comunistas têm colocado em prática novas formas de sucessão, levando em conta as características peculiares a cada situação. O PCdoB também tem construído seu caminho próprio, considerando a nossa própria experiência e as condições contemporâneas. Assim, definiu a metodologia e o caminho da sucessão da presidência nacional do PCdoB, que resultou no processo que culminou na 10ª Conferência Nacional.

#### **1 – Trinta anos de legalidade, tempo inédito na história do Partido**

O Partido Comunista do Brasil percorreu a maior parte do tempo de sua existência na clandestinidade. Estruturou-se em função desta condicionante histórica como um Partido de quadros, e as mudanças e promoções na direção partidária ocorriam geralmente, na prática, pela via da *cooptação*. Nesse curso, forjou quadros notáveis na renhida luta de classes, que lhe garantiram vida ininterrupta, sustentando sua

organização, da qual somos continuadores. Apenas em curtos períodos de legalidade o Partido pôde ampliar rapidamente sua militância, como a partir de 1945, com a derrota do nazi-fascismo no mundo e o avanço democrático no Brasil. Mas, essa situação durou somente até o começo de 1947, o que não permitiu a continuidade do desenvolvimento orgânico de um partido moldado com a experiência de ser estruturado na relação entre quadros e ampla massa de militantes.

O Partido Comunista do Brasil completa, em 2015, 30 anos de vida na legalidade. É o maior tempo contínuo de toda a sua história em que o Partido deixa de ser proscrito. Novas condições e exigências que resultaram na experiência percorrida nesses anos de legalidade forjaram o PCdoB com base nas profundas opções ideológicas feitas desde sua reorganização em 1962, ratificadas, renovadas e atualizadas no seu 8º Congresso, em 1992. O seu fortalecimento nestes anos recentes foi fruto dessas opções. Firmou-se como a legenda comunista do país.

O PCdoB persistiu na defesa da identidade comunista, do seu caráter revolucionário e anti-imperialista, no esforço da assimilação da concepção dialética marxista, refletindo as exigências e os desafios da luta de classes na contemporaneidade no Brasil e no mundo. O PCdoB é, assim, concebido como vanguarda desse movimento histórico e ao mesmo tempo como parte do bloco de forças políticas avançadas do país.

Construir um partido comunista, revolucionário, para a nossa época histórica, depois dos reveses estratégicos das primeiras experiências de construção da nova sociedade socialista no século XX, tem sido um grande desafio. Os comunistas são herdeiros de toda a história do magno empreendimento revolucionário iniciado pela Grande Revolução de Outubro na Rússia, em 1917. O marxismo-leninismo, base teórica para a revolução dos trabalhadores e trabalhadoras, se tornou universal, não o específico modelo de socialismo que prevaleceu para determinado período histórico na União Soviética e no mundo no início do século XX. Os ensinamentos do século passado demonstram que não existe um modelo único, universal de socialismo.

## **2 – Programa Socialista atualizado e Estatuto renovado**

A conformação atual do Partido Comunista do Brasil se dá em resposta ao seu pensamento programático e estratégico para o nosso tempo – caracterizado pela *nova luta pelo socialismo* –, expresso no período recente pelo Programa do PCdoB de 1995, e culminado com o Programa Socialista atualizado de 2009. Este documento indica o rumo estratégico e a tática geral para o caminho político dos acontecimentos recentes no Brasil, relacionado ao período aberto pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva – fase definida e orientada originalmente na 9ª Conferência Nacional, em 2003.

Em contraste com os períodos de clandestinidade, dando conta de uma atuação legal que hoje já completa três décadas e em resposta ao projeto estratégico do Partido, passamos a contar com um Estatuto renovado aprovado no 11º Congresso de 2005. E, com base nele, diante das exigências orgânicas para a nova situação, alcançamos formular

diretrizes para uma política de quadros atualizada, aprovada no 12º Congresso, em 2009.

Na luta pela construção do PCdoB, temos nos empenhado na edificação do partido comunista de princípios, com larga estrutura de quadros de feições modernas, fortalecido em sua vida orgânica à escala de centenas de milhares de membros, voltado para as múltiplas demandas da ação política crescente e de sua grande complexidade na atualidade.

O novo Estatuto já aprimora a inter-relação inseparável do sentido da **permanência** – identidade e caráter do Partido – e, ao mesmo tempo, manifesta o sentido da **renovação** – o partido comunista contemporâneo que segue caminhos originais para responder aos reclamos da classe trabalhadora do nosso tempo e fortalecer a luta de sentido revolucionário.

### **3 – Quadros dirigentes – renovação e alternância**

A política geral de quadros traçada ordena duas categorias que exprimem a busca do aperfeiçoamento dos papéis e funções dos quadros dirigentes do PCdoB: a **renovação** para dar suporte ao projeto político e fazer brotar gerações de dirigentes capazes de tornar a vida partidária viva e atuante; a **alternância** tendo em conta o grau de maturação do Partido em cada situação, com afirmação da nossa ideologia e a política no comando.

Nesse esforço de revolvimento e atualização temos vivido novas etapas para fundamentar a construção da unidade e do incremento das ideias e políticas justas no seio do Partido. Coloca-se em evidência o esforço metodológico que a direção tem realizado para que se institucionalize na prática o primado da inteligência coletiva, primordial para a predominância da unidade partidária e para a elaboração de uma política exitosa; para favorecer um ambiente de liberdade de opinião individual e discussão, tendo sempre uma atitude franca e persuasiva com as discrepâncias e divergências; para promover o respeito de todo o Partido ao centro único de direção e à orientação aprovada e estabelecida pela maioria, na justa aplicação do princípio diretor do centralismo democrático.

### **4 – Quadros dirigentes preparados para os grandes embates**

Hoje compomos a quarta geração de comunistas, em linha com os 93 anos de existência do Partido Comunista do Brasil (alguns da geração atual, fazendo parte da direção desde a recomposição do coletivo dirigente da terceira geração). Temos procurado estar à altura das responsabilidades, apesar dos nossos limites, nesta etapa histórica. Temos a convicção – indicada nos documentos e Resoluções aprovadas no 13º Congresso, em novembro de 2013, e nas recentes Resoluções da Direção Nacional – do papel fundamental da luta política e ideológica. É que o mundo e o Brasil caminham para grandes desenlaces de embates políticos e de classes no curso incessante do limiar do século XXI. Nesse sentido, muito temos realizado, mas, em comparação com as

necessidades e a dimensão da tarefa histórica que se coloca diante de nós, ainda é modesto o resultado que temos alcançado.

O contexto histórico é de um tempo de aprofundamento das contradições da crise global do sistema capitalista e da transição conflituosa da ordem mundial, de novos e ingentes desafios, na busca de alternativa que supere o regime capitalista e seu domínio planetário, numa luta permanente de um período histórico de duração imprevisível. Diante desta realidade contemporânea com novas e maiores exigências, tem sido despendido um grande esforço pelo PCdoB na busca da relação dialética entre a permanência e a renovação na construção e edificação partidária e na formação geral e especializada dos seus quadros.

## **5 – O contexto da sucessão presidencial no PCdoB**

É nesse itinerário que a sucessão da presidência nacional do PCdoB adquire suma importância, como consequência do caráter do partido que lutamos por construir, inscrito por compromissos de legados históricos e por perspectivas que orientam e anseiam por crescente avanço civilizacional. O PCdoB compreende plena liberdade de opinião, mas não tem correntes organizadas no seu seio. Todas as decisões, sobretudo as mais importantes e significativas, são construídas no sentido de maior unidade e aplicação por todo o Partido.

A nossa causa vai além da de um convencional partido de esquerda. Nossa causa tem sua essência em manter a identidade comunista e revolucionária, vincada na consciência histórica da construção de uma nova sociedade que suplante o capitalismo; e que persista na busca da alternativa socialista para o século XXI, baseada na universalidade do marxismo-leninismo e nas experiências socialistas do século passado, com uma assimilação crescente das novas exigências do nosso tempo. E desde agora nos propomos a confrontar o conservadorismo dominante, o hegemonismo ideológico e político do imperialismo e do sistema capitalista neoliberal; e a continuar ousando construir – no curso político presente – um partido comunista, de classe, patriótico, internacionalista, que luta pelo caminho brasileiro para o socialismo, respeitado e influente. O mais recente 13º Congresso do PCdoB, as decisões atuais do seu Comitê Central demonstram seu empenho nesse sentido.

O Partido Comunista do Brasil, por sua trajetória e circunstâncias históricas, não chegou a formatar um modelo, ou contar com uma jurisprudência que definisse o modo e a metodologia do processo sucessório da presidência nacional do Partido. O grande dirigente de nosso Partido, João Amazonas, afirmava: “Não existe cargo vitalício no Partido”.

Hoje, a partir da experiência percorrida e por uma compreensão maior do lugar do Partido nas condições atuais, demos passos para delinear o processo sucessório da presidência nacional do PCdoB. Conseguimos estabelecer que o procedimento de construção unitária dos órgãos de direção fosse aprimorado, escrito em norma

estatutária. Trata-se de um processo consciente e dirigido, de consultas multilaterais, com debates abertos em plenárias e no Partido, assegurando a frontalidade e a franqueza no tratamento da questão.

No âmbito da direção nacional avançamos persistentemente para edificar um novo sistema de direção, a fim de que a Comissão Política Nacional (seguindo preceito estatutário) ocupe seu papel de direção política geral e centro gravitacional na elaboração da orientação do Partido, para aprovação em última instância do Comitê Central. Estamos construindo, apesar dos limites, um corpo de secretarias, comissões, coordenações, assessores e especialistas em temas essenciais para realizar as tarefas fundamentais do Partido.

Com base nesse arcabouço de categorias, normas e estruturas tem-se procurado já conformar procedimentos de sucessões de presidências no nível dos Comitês Estaduais. Em geral se procura estabelecer uma forma de transição, já indicando para isso o/a sucessor/a, conduzida de acordo com o amadurecimento, pelo Partido, da solução sucessória em cada situação. Na realização das Conferências Estaduais, nos estados de maior dimensão do Partido, e outras já compreendidas nessa nova fase, alcançamos em grande medida êxitos na renovação e alternância dessas direções.

O curso da sucessão da presidência nacional do PCdoB, aprovada pelo Comitê Central eleito no 13º Congresso, depois de várias etapas sucessivas percorridas, foi um grande acontecimento de aprendizado político, ideológico e organizativo.

Este processo transcorreu assim que – apreciando como justa a indicação proposta pelo Comitê Central cessante – o Comitê Central eleito no 13º Congresso, realizado em 16 de novembro de 2013, aprovou a Resolução: “Reeleição de Renato Rabelo presidente nacional, para um período de transição até o primeiro trimestre de 2015, com a indicação do nome da deputada Luciana Santos para a vice-presidência para sucedê-lo na presidência nacional na ocasião em que o novo Comitê Central convocará o debate em todo o Partido, por meio de Conferência Nacional, para efetivar a substituição”.

## **6 – Confiança no descortino das novas gerações de comunistas**

Esse é um fato marcante na extensa história do Partido Comunista do Brasil. É a primeira vez que o PCdoB vai ter na sua presidência uma mulher, demonstrando a sua coerência no que indicam o seu Programa, o seu Estatuto e suas inúmeras Resoluções acerca da luta consequente pela emancipação da mulher.

Luciana Santos preenche os critérios básicos estabelecidos e reconhecidos: compromisso com a causa comunista e revolucionária, identificação com o pensamento programático e estratégico e com a natureza do Partido; dedicação ao fortalecimento da unidade do Partido. Luciana é respeitada e estimada perante o coletivo partidário; e tem dedicação pelo conhecimento e assimilação da nossa teoria básica. E apresenta os critérios candentes para a presidência: esforço pela aplicação e elaboração política e

pelo protagonismo político; liderança respeitada dentro e fora do Partido, complementada com uma fisionomia de expressão pública em crescimento.

Luciana Santos, engenheira eletricista, vice-presidente nacional do PCdoB desde novembro de 2009, eleita no 12º Congresso, membro do Comitê Central desde 2001, no 10º Congresso. É originária de família progressista, na qual seu pai se destacou com larga militância comunista. Tem uma trajetória de dedicação ao PCdoB, e de contribuição e encargos crescentes no nosso Partido no âmbito estadual e nacional. Tem 49 anos de idade, 30 de militância política, e 27 anos de militância no PCdoB, oriunda da escola da nossa militância juvenil, onde exerceu vários cargos representativos dos estudantes universitários, desde a presidência de Diretório Acadêmico, dirigente de DCE, vice-presidente regional da União Nacional dos Estudantes (UNE). Formada inteiramente no PCdoB, quando se filiou em 1987, concorreu pela primeira vez a um cargo público, em 1992, como candidata a vereadora em Olinda. Assumiu dois mandatos de deputada estadual em Pernambuco. Em 2000 foi eleita prefeita de Olinda, e reeleita em 2004 no primeiro turno. Assumiu a secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente de Pernambuco, em 2009. Eleita deputada federal em 2010 e reeleita em 2014, assumiu a liderança da bancada comunista já no segundo ano de seu primeiro mandato. Na Câmara dos Deputados atua em várias comissões, como a de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, a de Cultura, a de Desenvolvimento Urbano, e agora a de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher e a de Educação. Foi presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cultura. Tem como sua característica de militância – observada por todos que a acompanham – o espírito de luta, o foco no trabalho, na relação de amizade, a simplicidade, dedicação, serenidade e persistência na realização de seus compromissos partidários.

O partido comunista deve ser um organismo vivo, de vida contínua e permanente, constituído de dirigentes e militantes, consentâneos com as exigências de cada tempo histórico. Os quadros de maior compromisso ideológico crescem e se revelam quando vão assumindo maiores responsabilidades, tornando-se à altura das grandes tarefas. Vão se formando no PCdoB na confiança no papel e no descortino das novas gerações dos quadros partidários, em conjunção com a valiosa experiência dos veteranos, e no desempenho e elevado compromisso de Luciana em conduzir o PCdoB, juntamente e apoiada pelo bloco de quadros mais preparados e compromissados e de todo o Partido. Apoio este que se explicitou em todos os espaços de debates desta 10ª Conferência. Somente assim é possível continuar sempre a luta incessante para a vitória da grande causa da emancipação nacional e social do nosso povo, do avanço civilizacional indicado no nosso Programa – alcançar o socialismo em nossa terra brasileira.

São Paulo, 31 de maio de 2015

10ª Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil

(Ratificado pelo Comitê Central do Partido Comunista do Brasil em 31-05-15)



## **Anexo: Uma súmula da realidade partidária**

O PCdoB em atividade permanente envolve 356 mil filiados, mais de 100 mil militantes em 27 comitês estaduais e do Distrito Federal, atuando em cerca de dois mil comitês municipais.

Dos 27 Comitês Estaduais e do Distrito Federal, tem estrutura mais avançada e madura em dez deles, e com avanços significativos em outros doze.

Quanto aos Comitês Municipais, está presente em todos os 300 maiores municípios do país, com estrutura básica ou avançada. Interiorizou-se fortemente nos últimos anos, com uma estrutura e atuação predominantemente ativista a partir de núcleos dirigentes nos pequenos e médios municípios – em geral, com atividade sindical e juvenil presente –, até a de comitês mais maduros, mas às voltas com carências de direção, sem estrutura organizativa  altura de suas tarefas políticas e sociais.

Tendo em conta as três frentes essenciais de acumulação de forças e os esforços de estruturação partidária, tem uma realidade multifacetada em termos de graus de maturação.

Observa-se uma atuação mais uniforme no conjunto das três frentes em oito estados, são eles: Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Ceará, Pernambuco e Pará. No Amazonas e no Acre, no que pese destacada participação na luta social e presença na frente parlamentar institucional, observa-se um déficit no trabalho com os instrumentos para a luta de ideias. No Maranhão tudo está envolto em dinamismo próprio da vitória recente. Nos demais estados há oscilações e pesos diferentes para cada frente ou uniforme debilidade.

Tem Secretarias Sindicais nos 27 estados. A CTB está presente em todos os estados e em 25 desses as seções são presididas por um membro do PCdoB, além da CTB nacional. Também participamos das direções da CONTEE, da CNTE e da CONTAG. A influência no movimento sindical é mais forte no meio dos professores, dos metalúrgicos, da construção civil, dos bancários e dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Tem Secretarias de Juventude em 17 estados. A UJS está presente em todos os estados e em 19 tem direção consolidada, tem ainda hegemonia na UNE, UBES, ANPG além de importantes entidades estaduais, tais como a UEE-SP.

Tem Secretarias de Movimentos Sociais em 16 estados e logrou constituir as instâncias de Fórum dos Movimentos Sociais em 13 deles. A UNEGRO tem representação em 24 estados e em 15 tem direção consolidada. Em nove estados, o Partido participa do movimento LGBT, exercendo razoável protagonismo em pelo menos cinco desses, inclusive são filiadas ao PCdoB as maiores lideranças do movimento nacional LGBT. Os comunistas atuam no Movimento Comunitário em 23 estados, em sete desses exerce maior protagonismo, além da CONAM. O Fórum de Movimentos Sociais foi instituido

em 20 estados e tem funcionamento regular em 13 desses. Os comunistas estão presentes no Movimento de Luta pela Terra (MLT), que atua em 14 estados. O Partido tem Secretarias de Mulheres em 26 estados, em 13 deles, consolidadas. A UBM tem seção em 26 estados e está consolidada em 17, em vários estados tem assento nos Conselhos dos Direitos da Mulher. O Fórum Nacional Permanente do PCdoB sobre a Emancipação da Mulher – conquista das mais avançadas da luta partidária – tem funcionamento regular e está organizado também em outros 7 estados. Em vários desses estados tem atuação organizada na frente cultural, no Hip Hop etc. Tem uma Secretaria de Cultura com um nível de estruturação e coletivos de cultura em vários desses estados, atuando, em alguns casos, junto à frente pela democratização da comunicação.

Em termos de estrutura de direção, com vistas à efetivação das linhas de construção partidária, tem Secretarias de Formação e Propaganda em todos os 27 estados. Quanto aos instrumentos para enfrentar a luta de ideias, a Escola do PCdoB funciona com atividades regulares em oito estados, em outros sete tem atividades esporádicas. A Fundação Maurício Grabois tem seções organizadas em seis estados. Nenhum estado tem cota definida para o trabalho com a Revista *Princípios* assim como para com os livros publicados pelo esforço partidário, que tem tiragem média de 1000 exemplares.

Tem Secretarias de Comunicação em 21 estados. O *Portal Vermelho* tem 11 seções com trabalho mais permanente e outras quatro com trabalho esporádico.

Na luta institucional, governa o Maranhão, tem representação no Senado pelo Amazonas, 13 deputados e deputadas federais em exercício por nove estados, 25 deputados e deputadas estaduais em 16 estados, 57 prefeitos, centenas de vereadores incluindo 19 capitais. Integra primeiro escalão de governos estaduais em 11 estados, e em 11 capitais de estado.

Na sua atividade internacionalista, o Partido tem intensificado suas relações de amizade, intercâmbio e cooperação com partidos com os quais se relaciona e tem realizado variadas ações de solidariedade internacional e de luta pela paz com atividades próprias e apoiando o Cebrapaz (Centro Brasileiro de Solidariedade e Luta pela Paz).

Em termos de estruturação, à luz do 7º Encontro Nacional sobre Questões de Partido – organização militante pela base –, constata-se que não há rede orgânica suficientemente ativa para sustentar mais profunda ligação com as massas como redutos eleitorais capazes de garantir a eleição de seus representantes.

À luz do 8º Encontro, confirma-se o alerta, com declínio eleitoral nas capitais desde 2010, não obstante ter melhorado o desempenho geral partidário no restante dos demais 300 municípios.

Pano de fundo dessa realidade é a generalizada carência de recursos materiais, para a qual não se alcança solução.

Nota do § 1:

\* Tais orientações se encontram em inúmeros documentos partidários, em especial o da 9ª Conferência Nacional, o Estatuto aprovado no 11º Congresso, a Política de Quadros Contemporânea aprovada no 12º Congresso, juntamente com o Programa Socialista, o dos 1º, 2º, 7º e 8º Encontros Nacionais sobre Questões de Partido.